

# CONTROVÉRSIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CIENTISTAS SOCIAIS EM DEBATES LEGISLATIVOS: ESTUDO SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo analisa as controvérsias sobre a participação de cientistas sociais nos debates legislativos promovidos pela Câmara dos Deputados brasileira. São consideradas as controvérsias em dois níveis: no plano interno da burocracia e na percepção dos próprios cientistas sociais que participaram das discussões. O texto é guiado pela visão de Bauman de que cientistas sociais são vocacionados para atuar criticamente na esfera pública como intérpretes de controvérsias. A metodologia teve como base a análise de 50 entrevistas, sendo 30 com cientistas sociais e 20 com servidores da Câmara. Os resultados indicam que as controvérsias são variadas, tais como: formas de controle de opinião e vigilância ideológica; baixo engajamento dos parlamentares; falta de profundidade nas discussões; desinformação dos parlamentares sobre os temas em pauta; realização de debates “só para constar”.

## PALAVRAS-CHAVE

Controvérsias políticas; debates legislativos; Poder Legislativo. Cientistas sociais.

1 Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP)

# *Controversies On The Participation Of Social Scientists In Legislative Debates: Study On The Brazilian Chamber Of Deputies*

## ABSTRACT

This article analyzes the controversies about the participation of social scientists in the legislative debates promoted by the Brazilian Chamber of Deputies. Controversies are considered at two levels: internal bureaucracy and the perception of the social scientists themselves who participated in the discussions. The text is guided by Bauman's view that social scientists are called upon to act critically in the public sphere as interpreters of controversies. The methodology was based on the analysis of 50 interviews, 30 of them with social scientists and 20 with servers of the Chamber. The results indicate that the controversies are varied, such as: forms of opinion control and ideological vigilance; low engagement of parliamentarians; lack of depth in the discussions; disinformation of the parliamentarians on the subjects in question; discussion "just for the record".

## KEYWORDS

Political controversies; legislative discussions; Legislature. Social scientists.

## SOBRE O AUTOR

### ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade de Fernando Pessoa (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, vinculado à linha de pesquisa Política Institucional do Poder Legislativo. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa "Parlamento e Sociedade: Representação Política, Participação e Controle Social", cadastrado no Diretório Geral dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Poder Legislativo, estudos legislativos, democracia digital, representação de minorias, representação feminina, discurso político, participação política, educação para a democracia, mídia e política, cultura política, movimentos sociais e democracia.

## SUBMETIDO EM

11/01/2018

## APROVADO EM

21/08/2018

O artigo tem como objetivo analisar as controvérsias sobre a participação de cientistas sociais nos debates legislativos promovidos pela Câmara dos Deputados. A justificativa para tal enfoque justifica-se pela constatação mediante levantamento empírico preliminar de que há uma expressiva participação de cientistas sociais nesses debates, especialmente cientistas políticos, sociólogos e antropólogos. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados é vista não com uma arena única de discussões, mas como um conjunto de arenas formado pelas comissões temáticas e pelos seus veículos de comunicação.

Na fase da pesquisa exploratória observou ainda a relevância da participação de servidores da instituição que lidam diretamente com esses debates. Nesse sentido, são consideradas as controvérsias em dois níveis, ou seja, no plano interno da burocracia e na percepção dos próprios cientistas sociais que participaram de tais discussões. O pressuposto que guia a análise é o de que controvérsias mobilizam uma variedade de agentes sociais, com suas respectivas lógicas de ação, além de serem proíficas para promover o debate público e revelar as visões de mundo e as disputas simbólicas envolvidas nos debates. Com base em tal pressuposto, cabe questionar: (a) como essas controvérsias são percebidas pelos servidores e pelos próprios cientistas sociais? (b) quais as convergências/divergências quanto à análise de tais controvérsias por esses atores?

Para o primeiro nível das controvérsias, ou seja, aquelas originárias do campo burocrático, foram entrevistados 20 servidores da Câmara que trabalham diretamente com a organização desses debates, principalmente as audiências públicas e os seminários legislativos, além das equipes que lidam com a produção e divulgação dos conteúdos dos veículos institucionais de mídia da Casa. A inclusão desses servidores se justifica pelo elevado nível de envolvimento deles nas atividades das comissões que promovem os debates e nos veículos de mídia. São agentes burocráticos que atuam nos bastidores político-institucionais, mas nem por isso são desprezíveis do ponto de vista de uma pesquisa compreensiva. Aliás, convém aqui lembrar a perspectiva de Bourdieu (2011) sobre o campo burocrático e a formação dos *espíritos de estado*, uma vez que, para o autor, a burocracia também é uma estrutura política.

No caso dos cientistas sociais foram entrevistados um total de 30, incluindo antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que participaram de debates legislativos ou que acompanham tais discussões. As entrevistas foram realizadas em diversas circunstâncias, em função das próprias dinâmicas de participação dos cientistas sociais nos eventos e também pela dificuldade de acesso direto a eles. Mesmo assim foram realizadas algumas entrevistas presenciais, durante os próprios eventos (5). As demais foram aplicadas conforme as preferências dos entrevistados, ou seja, por telefone (2) ou por e-mail (18). O período de realização das entrevistas foi de junho a outubro de 2015.

A opção por essa forma de pesquisa, em uma perspectiva qualitativa, tem como respaldo metodológico o princípio sociológico de pesquisa compreensivista, mais especificamente apoiado no pressuposto metodológico de Anthony Giddens (2009) de que existe um processo de *dupla hermenêutica* nesse tipo de pesquisa. Isso significa que o conhecimento sociopolítico deve passar primeiro pela análise da percepção dos próprios agentes envolvidos, no caso, os entrevistados. Em segunda instância é que passa pelo olhar dos pesquisadores. Esse foi o princípio metodológico que orientou a pesquisa.

Bauman (2010) assinala que os cientistas sociais possuem vocação para intervir criticamente no espaço público, uma vez que as ciências sociais estão em permanente sintonia com as experiências humanas e as controvérsias sociais a elas relacionadas. Entretanto, o autor ressalta que essa vocação não é estanque e apresenta diferentes configurações ao longo do tempo. Com base nesse pressuposto, o autor trata de dois tipos históricos de intelectuais: os *intelectuais legisladores* e os *intelectuais intérpretes*. Para o autor, o *intelectual legislador*, típico da modernidade tinha a função de árbitro nos casos de controvérsias e opiniões divergentes.

Nessa perspectiva, os intelectuais eram vistos como portadores de uma autoridade legitimada pelo próprio conhecimento, que lhes permitia chegar a um “juízo moral válido”. Exerciam, portanto, um papel decisivo para a manutenção e o aperfeiçoamento da ordem social. Eram metaprofissionais “responsáveis pela formulação de regras de proceder e pelo controle de sua aplicação correta”, o que implicava a validação ou invalidação de crenças sustentadas em vários momentos da sociedade (p.20). O *intelectual intérprete*, por sua vez, típico da era pós-moderna, exerce o papel de “facilitar a comunicação entre indivíduos, atuando como uma espécie de negociador”. Convém salientar que as categorias de Bauman são passíveis de algumas ressalvas quanto ao contexto atual, marcado por disputas de narrativas que circulam em variados meios, como as mídias eletrônicas convencionais e as mídias digitais. Apesar da presença de intelectuais nesses circuitos de informação e opinião, há alguns atores que também se destacam como os próprios jornalistas e os chamados formadores de opinião, ampliando as perspectivas interpretativas.

Em perspectiva analítica similar à de Bauman, Giumbelli (2002) complementa que as controvérsias mobilizam uma variedade de agentes sociais, mesmo quando se circunscrevem a questões específicas. Trata-se de “um momento de expressão e redefinição de pontos e problemas, os quais permanecem importantes, às vezes até cruciais, na constituição de uma sociedade, mesmo quando não despertam interesse generalizado ou intenso”. Desse modo, o debate público gerado a partir de tais polêmicas torna-se uma expressão da discursividade pública, “essencial para entender os traços constitutivos da sociedade de que fazem parte as personagens da controvérsia”. Afinal, “a controvérsia é uma espécie de drama social, que revela, mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições” (Giumbelli, 2002, p.95-97). Assim, as controvérsias revelam as visões de mundo em disputa por visibilidade, reconhecimento e legitimidade em uma sociedade, em determinados contextos de disputas simbólicas.

Bauman (2010, 2015) refere-se a uma crise nos debates públicos, com o “desaparecimento ou redução das arenas voltadas para a deliberação pública e política (2015, p.120). A despeito dessa crise, o autor aponta as ciências sociais como instâncias de saberes diretamente conectados à esfera pública e às experiências humanas. Assim, os cientistas sociais, com sua expertise discursiva e a perícia típica de quem consegue olhar para a realidade e seus contextos, podem contribuir para ampliar o foco dos debates, “num mundo saturado de opiniões que se opõem e que mutuamente corroem sua veracidade real ou suposta” (Bauman, 2015, p.105). Bourdieu (1998, p.11) é um defensor da *doxa intelectual* na esfera pública. Em sua opinião “não há verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico. O intelectual é um contrapoder, e de primeira grandeza”.

O lugar de fala dos especialistas é associado a um *lugar neutro*, do ponto de vista discursivo (Bourdieu; Boltanski, 2008; Pinto, 2009; Pinzani, 2013). Para os autores, os

chamados lugares neutros são espaços de produção discursiva abertos às controvérsias, sem adesão a uma perspectiva argumentativa determinada, a exemplo das universidades, institutos de pesquisa e similares. Interessa aos atores desses espaços a negação do caráter ideológico dos saberes por eles produzidos e suas respectivas representações do mundo. “São espaços criados para a troca de ideias, de informações e de temas entre agentes sociais dos campos mais diversos. Assumem a forma de colóquios, reuniões e comissões” (Chiaramonte, 2012, p.92).

Confere maior legitimidade a tais discursos uma *prosa do mundo* considerada desideologizada e aberta às críticas e controvérsias. Trata-se dos espaços típicos da *doxa intelectual*, cuja legitimidade é reforçada exatamente pela negação do pensamento único e abertura ao pluralismo de perspectivas críticas. Conforme Pinzani (2013), os especialistas assumem vários avatares no debate público, seja como cientista político, sociólogo, antropólogo, etc.

Pinzani (2013, 156) destaca ainda a função informativa dos *experts* nos debates públicos. “Em outras palavras: trata-se de abrir os olhos das pessoas para a realidade, para que tomem consciência dela”. Essa função informativa e de esclarecimento é realizada pelo *expert*, que informa os interessados sobre os interesses envolvidos, as questões subjacentes e os métodos mais adequados para a discussão, conforme critérios científicos objetivos.

O capital simbólico dos *lugares neutros* é a credibilidade técnica ou *expertocracia* (Pinzani, 2013). Por essa razão, os parlamentares costumam convidar especialistas para os debates legislativos por eles protagonizados. Aqui cabem algumas observações acerca dessa estratégia dos parlamentares de utilizarem argumentos de especialistas para legitimar o debate político, como parte do regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão, o que confere o princípio de autoridade, com papel especial para os intelectuais neste sentido (Habermas, 1994),

Cumpre ressaltar que os especialistas são convidados pelos deputados, o que já indica que o conhecimento perito ou especializado (*expert knowledge*) pode ser utilizado para inspirar confiança pública no trabalho das comissões que promovem os debates. Afinal, os agentes do discurso especializado são portadores de um poder simbólico, cujo capital é a credibilidade técnica, respaldada pelas *lógicas adversárias* (Kant de Lima, 2010)<sup>1</sup>. O debate político, por sua vez, segundo a visão do autor citado, é pautado pela *lógica do contraditório*, cuja característica principal é a polarização entre teses. Isso difere do conhecimento científico, baseado na premissa de que é a *autoridade do argumento* e não o *argumento de autoridade* que define o destino das disputas. Como veremos adiante, os parlamentares recorrem à autoridade do argumento dos especialistas para reforçarem o argumento de autoridade deles próprios, como forma de controlar os debates políticos.

Por outro lado, Pinzani (2013, p.160) argumenta que, respaldado no discurso da tecnocracia ou na *expertocracia*,

o homem político que toma suas decisões com base no saber especializado dos experts não é responsável pessoalmente por elas, pois são a consequência lógica da aplicação prática de tal saber. Isso significa, em primeiro lugar, a despersonalização da política. O político se torna um simples técnico que reage a fatores externos

1 Trata-se das lógicas típicas do debate acadêmico, pautado pelo debate racional e divergente. São as lógicas de produção de verdades fundadas “em consensos provisórios sobre fatos que se constroem pela reflexão e a explicitação das diferentes perspectivas dos envolvidos, em processo de argumentação demonstrativa, que visa ao convencimento de todas as partes legítimas envolvidas” (Kant de Lima, 2010, p.29).

ao adotar as medidas necessárias. Seu espaço de manobra é extremamente reduzido e seu lugar pode ser tomado, a qualquer momento e sem nenhum problema, por outro técnico – sob condição de que este disponha do mesmo saber que aquele.

### 3 - ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS

A análise das controvérsias será realizada em duas etapas. A primeira inclui as controvérsias identificadas entre as equipes burocráticas que lidam diretamente com a organização e gestão dos debates legislativos, o que inclui as audiências públicas, os seminários e os debates realizados pelos veículos de comunicação da Câmara, como a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara*. Além disso, os especialistas também são convidados para comentar temas específicos, por meio de entrevistas, para a *Agência Câmara* e o *Jornal da Câmara*. Esses debates apresentam certas especificidades, as quais são comentadas pelos entrevistados. A segunda etapa da análise consiste na apresentação e discussão da visão dos próprios cientistas sociais convidados para esses debates.

Antes, contudo, para situar a análise, apresentaremos alguns dados sobre esses debates, os quais estão expostos nos quadros 1, 2 e 3.

### 4 - MAPEAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS CIENTISTAS SOCIAIS NOS DEBATES

Um levantamento sobre a participação dos cientistas sociais nos debates legislativos mostra que há predomínio da ciência política, com 61,55%, como mostra o **Quadro 1**. Em segundo lugar está a sociologia, com 26,40%, seguida da antropologia (12,10%).<sup>2</sup> A maior quantidade de cientistas políticos se deve à natureza da agenda e ao próprio período estudado, que compreendeu o debate de assuntos diretamente relacionado com as engrenagens eleitorais e partidárias, a exemplos dos diversos ciclos de discussão sobre reforma política e eleitoral, a revisão da Lei dos Partidos Políticos (1995), a Lei Geral das Eleições (2012), a Lei da Ficha Limpa (2012), Lei Anticorrupção (2013), entre outras. O mapeamento também mostra que há predomínio de homens em todas as áreas, com maior concentração na ciência política.

Quadro 1 - Participação dos cientistas sociais por área

	Áreas	N	%
<b>1</b>	<b>Ciência Política</b>	<b>2.400</b>	<b>61,55</b>
	Cientistas políticos	2.171	55,68
	Cientistas políticas	229	5,87
<b>2</b>	<b>Sociologia</b>	<b>1.031</b>	<b>26,40</b>
	Sociólogos	881	22,60

continua...

<sup>2</sup> Dados relativos ao período de 2000 a 2015, obtidos pelos mecanismos de busca no Portal da Câmara. O ano de 2000 se justifica por ter sido quando o portal passou a operar.

...continuação

	Sociólogas	226	6,40
<b>3</b>	<b>Antropologia</b>	<b>469</b>	<b>12,10</b>
	Antropólogos	249	6,40
	Antropólogas	229	5,65
	<b>Total</b>	<b>3.899</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação aos temas, predominam aqueles relacionados a eleições e partidos políticos, como mostra o **Quadro 2**. Em segundo lugar estão os direitos humanos. Entre os demais temas de maior peso no debate político com a participação de cientistas sociais estão ainda: educação e cultura; segurança pública; meio ambiente; trabalho, emprego e previdência; e juventude. A participação de sociólogos e antropólogos se dá principalmente nas temáticas relacionadas a direitos humanos e minorias.

Conforme os argumentos dos servidores, uma justificativa para a relevante presença de cientistas sociais nos debates legislativos, nas palavras de um dos entrevistados, é que

O legislativo demanda muito em termos de conhecimento especializado, pois os deputados não precisam ser especialistas em temas específicos, mas lidam com os vários assuntos e convém a eles recorrerem a técnicos nos casos em que se deparam com projetos de lei que regulamentam algo que só os cientistas é que tem conhecimento de causa.

Em relação à expressiva presença de cientistas sociais nos debates relacionados à agenda de direitos humanos e minorias. “A Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem sido presidida por deputados de esquerda, desde que ela foi criada e por isso tem sido o palco de grandes debates”, relata um dos servidores. Os servidores destacam ainda que os parlamentares dos partidos de esquerda são os principais agenciadores desses debates e, por consequência, dos cientistas sociais convidados. Na visão de um dos entrevistados:

A impressão que eu tenho é que os parlamentares de esquerda são mais chegados ao pessoal das ciências sociais e eles conhecem quem são os especialistas e qual é a interpretação deles. Os deputados de esquerda gostam mais de convidar sociólogos, cientistas políticos, historiadores, antropólogos, educadores, etc. Geralmente esses deputados tem vínculos com os movimentos sociais e os especialistas dessas áreas, muitos deles, quando comparecem na Câmara, se comportam como porta-vozes desses movimentos e isso agrada esse segmento parlamentar.

Percebe-se no trecho citado a presença de cientistas sociais que são convidados pelos parlamentares de esquerda em função da atuação desses pesquisadores como ativistas de movimentos sociais. Esse constitui, portanto, o capital simbólico que credencia tais cientistas sociais para a participação nos debates legislativos, pelo menos naqueles casos em que os parlamentares de esquerda exercem algum poder na definição da agenda e do nome dos convidados.

O Quadro 2 mostra que os cientistas políticos atuam principalmente no debate sobre temas de natureza partidária e eleitoral, enquanto os sociólogos e antropólogos aparecem nas temáticas ligadas a direitos humanos, minorias, segurança pública, educação, cultura e meio ambiente.

Quadro 2 - Participação dos cientistas sociais por temas

	<b>Tema</b>	<b>Cientistas políticos</b>	<b>Sociólogos</b>	<b>Antropólogos</b>	<b>Total</b>
1	Eleições e partidos políticos	368	113	-	381
2	Direitos Humanos e Minorias	39	194	49	242
3	Educação e Cultura	27	74	40	141
4	Segurança pública	86	86	15	187
5	Meio Ambiente	179	15	31	125
6	Trabalho, emprego e previdência	62	48	09	119
7	Juventude	83	30	-	113
8	Comunicação	18	39	11	68
9	Cidades	36	16	12	64
10	Administração pública	03	36	21	60
11	Economia	23	32	1	56
12	Política externa	127	19	7	53
13	Saúde	27	17	07	51
14	Indústria e comércio	18	13	02	43
15	Esportes e lazer	23	09	-	32
16	Agricultura, pecuária e pesca	02	09	23	34
17	Ciência, tecnologia e inovação	06	16	02	24
18	Assistência Social	01	08	06	15
19	Religião	12	-	-	12
20	Consumo	03	05	-	08
21	Turismo	02	01	3	06
	<b>TOTAL</b>	<b>2.400</b>	<b>1.031</b>	<b>469</b>	<b>3.899</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação às entrevistas e debates promovidos pelos veículos de comunicação da Câmara, a presença de cientistas sociais é expressiva em todos os veículos, porém os maiores percentuais são computados na Rádio Câmara, como mostra o Quadro 3. Na opinião de dos entrevistados, há várias razões que explicam esses dados. Um deles é a facilidade para a participação dos convidados, por meio do telefone celular. “O telefone facilita muito, pois o convidado não precisa se deslocar, pode falar onde ele estiver, sem tomar muito tempo e sem causar o incômodo de uma viagem ou dos inconvenientes do trânsito”, explica um dos informantes.

Um entrevistado aponta uma característica específica da emissora, que é “o compromisso com uma agenda social, voltada para a discussão de temas da atualidade, mas com profundidade, o que fica muito mais interessante com as análises dos cientistas sociais”. Outra razão apontada é que “o rádio inibe menos do que a TV e há bons intelectuais, com ótimos argumentos, mas que nem sempre gostam de falar na TV. Então, quando sabem que para falar no rádio, é mais fácil”, explica um informante. Outro entrevistado afirma que a *Rádio Câmara* é um dos veículos com maior liberdade para convidar especialistas, além de ser menos disputada pelos deputados:



A Rádio sempre teve menos importância na Secom, o que nos dá mais liberdade para atuar nos termos da comunicação pública. Agência, Jornal e TV sofrem mais pressão interna por participação dos deputados.

Se a *Rádio Câmara* é vista como o veículo que sofre menos controle, a TV Câmara é apontada pelos informantes como o oposto:

O controle de pauta e de convidados sempre foi maior na TV. É a vitrine da Câmara e o veículo que mais chama atenção do Presidente da Casa, da Mesa Diretora, dos líderes partidários, dos diretores e dos deputados. É como se não quisessem que uma opinião contrária ou uma figura opositora seja destaque na TV. Isso nem sempre é dito, mas a gente precisa ter senso político para lidar com isso cotidianamente.

Os diferenciais e especificidades da programação da Rádio Câmara também são apontados por um dos entrevistados, que apresenta uma visão geral:

Os especialistas estão muito presentes porque temos como padrão ouvir sempre um contraponto nas matérias sobre projetos apresentados ou sobre temas em debate na Casa. O contraponto poderia ser interno porque outro deputado poderia falar. Mas, às vezes, o projeto acabou de ser apresentado e ainda não houve discussão interna. Além disso, os especialistas estão muito presentes porque acho que existe uma noção de que é interessante abrir espaço para que a sociedade se manifeste sobre os temas em tramitação. Então temos programas como “Palavra de Especialista” e “Conversa sobre Política”.

Um dos cientistas sociais entrevistados ressalta a necessidade de preparo dos mediadores dos debates televisivos:

Na minha experiência, os programas que têm moderadores mais preparados, que conhecem as questões mais a fundo são mais ricos. Nesses casos, tem sido possível não apenas referir-me aos atores envolvidos e os seus interesses, mas também ao efeito potencial das mudanças em debate para a qualidade da democracia (Moisés, 2015).

Quadro 3 - Participação dos cientistas sociais em entrevistas e debates nos veículos de comunicação da Câmara

	Veículo	Cientistas políticos	Sociólogos	Antropólogos	Total	%
1	Rádio Câmara	874	366	220	1460	37,50
2	Agência Câmara	577	159	110	973	25,00
2	TV Câmara	591	286	58	808	20,75
4	Jornal da Câmara	358	213	81	652	16,75
	<b>Total</b>	<b>2.400</b>	<b>1031</b>	<b>469</b>	<b>3.893</b>	<b>100</b>

A expressiva presença de cientistas sociais nos veículos de mídia escrita, como a Agência Câmara e o Jornal da Câmara é justificada pelos servidores por um fenômeno denominado “repercussão” no jargão jornalístico. Isso significa que nem sempre o especialista foi convidado pelo veículo propriamente dito, mas seus argumentos são utiliza-

dos de forma indireta, ou seja, a partir do que ele falou em uma audiência pública, em um seminário ou em debate realizado pela TV Câmara. Nesses casos, os veículos de mídia escrita se utilizam das explicações e argumentos dos cientistas sociais para produzirem textos que “repercutem” os debates:

No caso de temas polêmicos e de grande repercussão, recorremos ao que os especialistas e os deputados debateram nas audiências públicas, nos seminários e demais eventos para fazer as matérias de repercussão que são publicadas na Agência e no Jornal. O nosso interesse na repercussão é ainda maior quando os debates apresentam conexão direta com a agenda legislativa. É uma forma de ampliar o acesso de nossos públicos aos debates especializados.

Durante as entrevistas percebemos um discurso de autoafirmação e de legitimação dos debates promovidos pela Câmara e transmitidos pelos veículos institucionais de mídia. A própria mediação dos especialistas é arregimentada como argumento para legitimar tais debates:

Em geral, esse ramo de jornalista falar com especialistas vai muito mal no Brasil. Nesse cenário, eu acho que a TV Câmara e os demais veículos são um diferencial relevante. Sempre há especialistas analisando questões importantes nos mais variados espaços de discussão, seja nas comissões ou nos meios de comunicação da Casa. Essa mediação dos especialistas é importante, pois eles têm mais elementos para uma análise política mais contextualizada, sem as cores partidárias e sem o interesse eleitoral.

Os relatos chamam atenção ainda para as complexidades das rotinas produtivas dos veículos e a forma como os cientistas sociais reagem aos estímulos desses veículos, como no caso de maior ou menor facilidade de contato ou o peso simbólico do nome e da instituição do especialista:

Convidar especialista para participar de debates e de programas de rádio/TV não é fácil. Há aqueles que estão sempre disponíveis e são acessíveis e há aqueles inacessíveis. Então, um primeiro critério é esse. Outra coisa que ajuda muito é quando o sujeito é reconhecido como autoridade no tema. No caso de pesquisadores desconhecidos o que ajuda é o nome da universidade em que ele leciona, algum artigo publicado na imprensa, uma pesquisa feita por ele mencionada na internet ou se ele já apareceu na mídia falando sobre aquele assunto.

Apesar de relatarem dificuldades no acesso a determinados especialistas, os servidores relatam que “faz parte da perspectiva editorial dos veículos institucionais da Câmara o pluralismo de opiniões e argumentos, além da presença e da voz de cientistas sociais reconhecidos”. O mesmo entrevistado complementa que

No caso dos programas de entrevistas e debates com especialistas, esse é um diferencial das mídias da Câmara, uma vez que a função delas é promover o debate público, mostrar diferentes visões e ampliar a agenda para além daquilo que a mídia privada divulga. Por isso os especialistas são importantes. Eles dão credibilidade e autoridade ao debate. E o Legislativo é um mar de agendas que podem ser exploradas.

As entrevistas chamam atenção ainda para o nível de qualificação e especialização de alguns parlamentares, que frequentemente são convidados para discutirem “em pé de

igualdade” com os cientistas sociais:

Há parlamentares que eles próprios são especialistas, além de conhecedores do mundo acadêmico. Temos deputados como Chico Alencar e outros acadêmicos, além de parlamentares que se tornaram doutores da experiência, como defensores de causas e militantes de movimentos sociais. Esse aprendizado também deve ser considerado nos debates legislativos.

A presença de consultores legislativos do quadro funcional da Câmara e de demais servidores especializados é entendida pelos informantes como uma forma qualificada de participação nos debates políticos:

O próprio trabalho no legislativo é uma forma de especialização. Há órgãos altamente especializados, como a Consultoria Legislativa e o corpo funcional das comissões. Eu, por exemplo, trabalho há 12 anos na Comissão de Educação. Acho que aprendi muito mais nesses anos todos do que fosse acadêmica.

Outro tipo de participação, talvez a mais controversa, seja a de cientistas sociais militantes de movimentos sociais:

A participação de especialistas da sociedade civil também merece um olhar crítico, pois, muitas vezes, a imprensa e o público tomam o especialista por um ser isento e esquecem que ele tem o seu viés de militante e ativista. Os participantes da audiência, em geral, sabem disso, mas não o público externo.

A linguagem técnica utilizada por alguns cientistas sociais também é alvo de controvérsias internas:

Lógico que eu reconheço que o cientista social, de maneira geral contribui para o debate ir além do óbvio. É isso que tentamos fazer: ampliar o escopo da discussão, mas, ao mesmo tempo, sem que isso se torne incompreensível ao telespectador/ouvinte comum. Este é um desafio diário: fazer os cientistas sociais falarem a língua do povo, pois na maioria dos casos, os termos utilizados, a linguagem e o jeito de explicar são muito rebuscados. Parece, em alguns casos, que os convidados não conseguem utilizar uma linguagem acessível. Essa é uma dificuldade, pois não conseguimos atingir os públicos que mais necessitam de informação e esclarecimento sobre os temas da agenda legislativa.

Para o mesmo entrevistado, a linguagem rebuscada “é fruto do jeito como os especialistas dialogam entre si e também de uma imagem equivocada de que as mídias da Câmara seriam assistidas por uma elite intelectualizada”. Mas também identificamos controvérsias quanto à participação dos parlamentares na interlocução com os cientistas sociais:

É mais complicado nos debates ao vivo, sejam as audiências públicas ou os seminários, quando os deputados querem transformar o debate em palanque parlamentar. E ainda tentam usar os argumentos dos cientistas sociais como reforço desse palanque. Chega a ser constrangedor nesses casos.

Outro aspecto controverso apresentado pelos servidores diz respeito ao debate estruturado em duas fases, sendo uma com a presença de especialistas favoráveis a um determinado projeto de lei e outra com convidados que apresentam argumentos contrários:

Muitas vezes as comissões fazem audiências públicas alternando pontos de vistas: uma audiência tem só os participantes favoráveis ao projeto; a seguinte tem só os contrários. Isso às vezes dificulta a formação da opinião por parte de quem assiste - ao vivo ou pelas mídias da Casa.

Para os servidores, o debate seria mais rico se as duas visões fossem discutidas na mesma audiência pública, de modo a permitir a problematização das diferentes perspectivas, cada uma com o seu respectivo contraditório. “Seria mais democrático e mais educativo”, argumenta um dos entrevistados.

## 5 - A ESCOLHA DOS CONVIDADOS

Um ponto relevante no debate interno e nas controvérsias apresentadas pelos representantes da burocracia diz respeito aos critérios para a seleção dos cientistas sociais convidados para os debates. A primeira constatação, unânime nos relatos dos entrevistados, é o protagonismo parlamentar na seleção e indicação dos especialistas, pelos mais variados motivos, como afirma um dos entrevistados<sup>3</sup>:

Existem casos em que o próprio deputado cita o pesquisador em discurso, seja para criticar a opinião do especialista, seja para reforçar. Quando é para reforçar, é comum que o deputado indique o acadêmico para uma audiência pública. Nesse caso nem sempre o deputado conhece o especialista, mas o fato de ter gostado da opinião dele, tem peso. E isso é muito comum. E acontece de o especialista ficar até agradecido ao deputado por ter sido convidado, principalmente quando se trata de jovens acadêmicos ou de professores de universidade menores, do interior do país.

As entrevistas revelam que não há padrões generalizáveis e que se trata de processos negociados no cotidiano ou de disposições incorporadas pelas equipes burocráticas, a depender de fatores como o perfil do parlamentar, a autoridade científica dos convidados, as eventuais relações entre os parlamentares e os convidados, além da natureza do tema e das próprias circunstâncias relativas à conjuntura legislativa, conforme relata outro servidor:

Os critérios variam muito. Em alguns casos é porque se trata de um pesquisador renomado e respeitado, autoridade naquele assunto. Nesses casos, ninguém questiona a indicação dele. Mas há casos em que os nomes são vetados porque o pesquisador é *persona non grata* na Casa, por ser visto como um opositor ideológico de um determinado deputado, de um partido, de um líder, do secretário de comunicação da Casa ou mesmo do Presidente da instituição. Isso geralmente é sabido entre nós e a gente mesmo cuida para evitar problemas.

A visão destacada acima é passível de questionamentos em função do viés autoritário utilizado para impedir ou vetar a participação de cientistas sociais que são percebidos pelos servidores da burocracia como opositores ideológicos dos parlamentares,

3 A identidade dos servidores será mantida em anonimato, visto se tratar de equipes da burocracia que lidam diretamente com as dinâmicas de organização dos debates legislativos.

como se o dissenso não fosse próprio da democracia. Essa perspectiva pragmática da burocracia contribui para manter esse viés autoritário no parlamento, instituição que deveria primar pelo pluralismo de ideias e opiniões.

Os relatos apontam ainda para uma gama de mecanismos de controle de opinião nos debates legislativos, com um amplo repertório de categorias nativas nesse sentido. Há informantes que usam termos como “censura”, “controle”, “mando”, “vigilância ideológica”, entre outros, conforme mostram os depoimentos:

Existe censura e vigilância ideológica em todas as áreas da Casa, desde uma audiência pública, um debate na TV, ou um seminário. Todo tipo de opinião na Casa tem controle sim, seja de forma direta ou indireta. Tudo precisa ser autorizado por um deputado ou alguém de confiança dele, mesmo as coisas mais simples e banais. A gente sempre procura se resguardar, pois é comum de se ouvir depois de uma opinião publicada que não agradou a um parlamentar é: ‘quem autorizou?’ Por isso quem trabalha com isso já sabe como agir.

Quando o tema e o convidado não precisam de autorização política prévia das instâncias superiores, fica tudo a critério de quem lida diretamente com aquela agenda, como o secretário da comissão ou o responsável pelo seminário, por exemplo.

O discurso dos entrevistados nos leva a deduzir que eles admitem a existência de um *habitus* burocrático moldado pela experiência e as práticas de controle de opinião e de vigilância ideológica. Na linguagem dos servidores, esse *habitus* se manifesta sob a forma de uma constante vigilância cotidiana. “O que eu acho mais forte e mais generalizada é a censura prévia, ou seja, aquela percepção que já faz parte do modo de pensar dos servidores”, relata um dos informantes. Segundo essa interpretação, “nem precisa de uma proibição explícita de um diretor, de um chefe de gabinete ou mesmo de um deputado”, complementa o mesmo entrevistado. Em sua avaliação, “já sabemos que se as opiniões de um cientista político não são bem-quistas pelo presidente da Casa ou pelo relator da comissão, não podemos convidá-lo”.

Os servidores se referem ainda às informações de bastidores, que são compartilhadas internamente. Um exemplo citado foi o planejamento de um seminário sobre liberdade de expressão, no qual “antes de passarmos a lista de convidados para o nosso diretor, um colega alertou que um dos convidados tinha publicado um artigo em um blog criticando a TV Câmara e o próprio diretor de comunicação da época. Na mesma hora, o nome dele foi substituído”.

Durante as entrevistas houve quem afirmasse de forma generalizada que “o controle de opinião existe em todos os níveis, até no caso dos próprios deputados. São poucos os que podem opinar livremente sobre o que quiserem”. Mas no caso específico de convidados externos, observa-se que há uma escala de controles, “dependendo da área e do teor de polêmica envolvida no debate”, conforme relatam os informantes. “Há casos em que o próprio secretário de comunicação da Casa veta nomes e temas a critério dele e daquilo que ele pensa que poderia desagradar o Presidente da Câmara”, relata um servidor. Outros entrevistados tendem a relativizar a vigilância ideológica, ao argumentarem que “as situações variam, em função do perfil dos dirigentes”:

Já tivemos presidentes que nunca exerceram controle explícito e nem se sentiram ofendidos se um cientista social emitisse uma opinião crítica sobre o Legislativo ou sobre os deputados. Mas há períodos em que o perfil e o estilo de gestão do presidente intimida as pessoas, a ponto de se cancelar debates, de se vetar nomes

de convidados ou de evitar fazer determinados tipos de pergunta aos convidados, porque já sabemos que ‘cabeças vão rolar’ na mesma hora”.

Mas também registramos depoimentos que negam essa perspectiva da vigilância ideológica ou do controle de opinião, com justificações que adotam uma visão de que práticas de controle seriam inevitáveis e inerente ao universo institucional. “Eu não diria que haja censura na Câmara. Não chamaria de censura o que parece ser comum e corriqueiro, não só aqui, mas em qualquer instituição, seja pública ou privada. Eu chamaria de controle”, relata um dos depoentes, com a seguinte complementação: “Acho legítimo esse tipo de controle, caso contrário vira anarquia”. Nessa linha de raciocínio tais práticas são naturalizadas e até defendidas, como sendo parte do processo político: “além disso, os deputados vivem de fazer política. Portanto não se pode querer impedir que eles façam política”. Assim, “convidar um especialista cuja opinião vai fortalecer o ponto de vista e a atuação de um parlamentar é fazer política. Não há nada errado nisso. Estranho é se isso não acontecesse em uma casa política”, argumentou o entrevistado.

Segundo esse enquadramento argumentativo, faz parte desse jeito de “fazer política”, até mesmo a arquitetura da composição das controvérsias nos debates legislativos:

Há situações em que é interessante para o deputado mostrar o contraditório. Por isso ele convida alguém para a audiência pública que já se sabe que vai expressar opinião contrária ao deputado. Mas ele precisa disso para não ser acusado de autoritário ou de desconsiderar a opinião dos adversários. Mas, na mesma ocasião, ele convida alguém, geralmente mais respeitado e mais conhecido, para reforçar sua opinião. Dessa forma, o contraditório é registrado, mas não tem a mesma força.

Da mesma forma que as controvérsias podem ser encenadas, como estratégia política, outros depoentes argumentam que há convidados com efeitos ornamentais:

Há casos em que os especialistas convidados são figuras ornamentais. Eles são figurões, um cientista político respeitado, por exemplo, mas ele não vai ter o devido espaço para falar. É só para compor a mesa e ficar registrado que ele compareceu. Isso rende muito para a imagem da Câmara, da comissão e do próprio deputado que preside a sessão.

Por outro lado, os informantes argumentam que “existem convidados que são do tipo ‘donos de um assunto’”. Por isso eles estão presentes, mesmo quando contrariam interesses políticos. Eles conquistaram a autoridade naquele assunto e pega mal se a gente não convidá-los”.

Por se tratar de uma agenda muito ampla, com múltiplas possibilidades de abordagem, os servidores entrevistados reconhecem as diversidades de situações e nuances envolvidas nas dinâmicas que envolvem a seleção de convidados, de temas e os modos de perspectivar as discussões:

há áreas mais e menos sensíveis. Existem aqueles grandes temas que são unanimidade nacional e nenhum parlamentar ousa falar contra, como educação, saúde, transportes. Existe, portanto uma agenda legislativa pacífica e outra conflitiva, com temas “proibidos”, patrulhamento ideológico. Quem trabalha aqui tem que aprender a lidar com isso e tentar tirar vantagem disso em vez de achar que esse tipo de controle é sempre negativo. Ou seja, em vez de achar que isso vai impedir seu trabalho, procurar formas de adaptação ao sistema e não de oposição.

A análise das entrevistas com os cientistas sociais mostra que esses atores seguiram a perspectiva de intelectuais entendidos como intérpretes, nos termos de Bauman (2010), abordando a questão sob uma ótica pluralista e abrangente. Limongi (2015) chama atenção para a necessidade de se entender o debate público de forma mais abrangente, além das esferas estritamente institucionais. Assim, em sua opinião a contribuição dos cientistas sociais “não se limita àqueles debates realizados na arena legislativa, mas também aqueles que são realizados por outras entidades”. Barreto (2015) complementa que os cientistas sociais também colaboram nos debates fornecendo informações, quando solicitados, as quais são úteis “como fonte para parlamentares em pronunciamentos, projetos propostos ou na atuação do próprio parlamentar em comissões legislativas”.

Bruno Speck ressalta que, apesar de relevantes no processo argumentativo, os cientistas sociais não devem ser considerados protagonistas do processo, mas coadjuvantes. “Cabe aos cidadãos, e por extensão aos seus representantes no Congresso, definir as prioridades. E os cientistas sociais, o que têm a contribuir? Uma contribuição é a comparação de sistemas regulatórios, os caminhos mais indicados para chegar ao destino desejado (SPECK, 2015). Além disso, o pesquisador ressalta que as ciências sociais e políticas “podem orientar cidadãos, movimentos cívicos e políticos sobre as ferramentas mais adequadas para alcançar cada um dos três (ou quaisquer outros) objetivos”.

Nessa mesma linha de raciocínio outro especialista ressalta que

A participação de cientistas sociais enriquece os debates. Os parlamentares não dariam conta de radiografar a complexa realidade do País, implicando soluções estreitas ou estrábicas para esses problemas. Os deputados, envolvidos pelas pressões de suas conexões eleitorais e pelo labor prático, acrescentariam ao debate viés marcadamente pessoal.

Mesmo a colaboração qualificada de consultores e cientistas sociais que pertencem aos quadros da Câmara enviesaria a compreensão sistêmica do quadro sociopolítico nacional, de vez que esses servidores, ainda que de forma inconsciente, estariam contaminados pela terra subjetiva e ideológica em que diariamente pisam.

Assim, cientistas sociais, que tem como seu metier se debruçarem sobre as principais questões que moldam nosso arcabouço social, tem muito a acrescentar às discussões. Além dessa lupa que desvela o *ethos*, o *pathos* e o *logos* que nos caracterizam como povo singular, os cientistas sociais oxigenam os debates (BROD, 2015).

O mesmo entrevistado argumenta que audiências públicas, seminários, comissões gerais e outras formas de debates “são fundamentais para se auscultar tanto o estado da arte do que se discute na academia quanto para se tomar o pulso do que a sociedade civil pensa sobre todos os assuntos que lhe dizem interesse”. Por essa razão, complementa: “acho positivo que os debates legislativos contem cada vez mais com a contribuição desses cientistas, que possibilitam aos parlamentares, à sociedade em última análise, opções variadas de forma e conteúdo para melhor orientar seu labor legislativo” (BROD, 2015).

Nessa perspectiva, os debates legislativos “constituem um importante mecanismo de produção de consensos ou dissensos que determinam o processo decisório. O alargamento do âmbito desses debates, de forma a integrar o máximo a sociedade civil poderia favorecer a qualidade e o produto do processo decisório” (SILVA, 2015).

O **Quadro 4** apresenta uma síntese dos argumentos apontados pelos servidores entrevistados, sob a ótica da contribuição dos cientistas sociais para os debates legislativos. Destacam-se vários aspectos, como a ampliação dos espaços discursivos da esfera política, contribuições para a qualificação dos debates parlamentares, uso de dados de pesquisa para elucidar questões da agenda de discussões, entre outros.

Quadro 4 - Síntese da perspectiva dos cientistas sociais -  
Aspectos positivos dos debates

	<b>Itens destacados</b>
<b>1</b>	Ampliação do espaço argumentativo da política
<b>2</b>	Aperfeiçoamento da qualidade do processo decisório
<b>3</b>	Apresentação de dados sobre o funcionamento de instituições democráticas
<b>4</b>	Apresentação de dados e ideias para fundamentar a argumentação
<b>5</b>	Comparação de sistemas, processos e práticas
<b>6</b>	Compreensão sistêmica dos quadros políticos
<b>7</b>	Elucidação das implicações normativas das escolhas políticas
<b>8</b>	Envolvimento da atenção do público para os temas em debate
<b>9</b>	Instrução de projetos legislativos
<b>10</b>	Orientação de cidadãos, movimentos cívicos e políticos
<b>11</b>	Qualificação dos debates parlamentares
<b>12</b>	Sistematização de dados da realidade empírica para confronto com as propostas políticas
<b>13</b>	Tradução de achados de pesquisas atinentes às pautas legislativas

## 7 - RESSALVAS E CONTROVÉRSIAS

Apesar de reconhecerem o valor e as múltiplas possibilidades de uso e aplicação prática dos debates legislativos com a participação de cientistas sociais, os entrevistados também apresentam críticas e ressalvas. Cabe ressaltar que esse é um dos objetivos da pesquisa, ou seja, captar as perspectivas críticas dos próprios cientistas sociais que já participaram, participam ou acompanham essas discussões. As críticas e ressalvas apresentadas pelos entrevistados são relevantes para a compreensão das dinâmicas em que esses debates se inserem, seus efeitos e resultados concretos.

Nesse sentido, é emblemático o depoimento de Rita Segato:

Os debates ficam no plano do fazer de conta. Não percebo que haja discussão efetivamente. Parece mais algo ornamental ou simplesmente para constar nos documentos. Refiro-me principalmente ao caso das audiências públicas. Quando eu fui convidada a falar na Comissão de Direitos Humanos sobre temáticas indígenas, não percebi interesse dos parlamentares. Poucos passaram por lá. Além disso, os deputados contribuem muito pouco para aprofundar o debate. Limita-se a uma questão de opinião pela opinião. Cada um marca a sua posição e fica por isso mesmo. Não vejo como a participação de especialistas pode contribuir efetivamente para esclarecer determinadas controvérsias (SEGATO, 2015).



A pesquisa também registra outros depoimentos que reiteram a perspectiva apontada acima, mas ressaltam o poder dos parlamentares como agentes de construção dos pacotes interpretativos que serão moldados durante os debates, incluindo o poder de veto a determinados discursos e até mesmo em relação aos próprios convidados:

O debate em uma audiência pública não é efetivamente um debate. Primeiro porque o tempo é muito limitado e geralmente, com os atrasos, o deputado que preside a sessão acaba reduzindo ainda mais o tempo de fala dos especialistas. É um debate só para constar em ata e no relatório da comissão. Além disso, é o deputado que tem o poder de veto em relação à lista de convidados. Ele decide quem fala e quem não fala, além do tempo. É um deputado que, ao presidir a sessão, direciona o debate. Direciona quando faz as perguntas e quando estabelece a ordem e o tempo das falas e quando permite ou impede perguntas da plateia ou de internautas (LIMA, 2015).

Outro depoimento reitera essa perspectiva do baixo engajamento e desinteresse dos parlamentares, complementando que as audiências públicas podem ser usadas de forma instrumental pelos parlamentares, como mecanismo de projeção de sua imagem, ou seja, como uma ferramenta de política de visibilidade do mandato e de reputação pessoal:

As audiências públicas são realizadas para a instrução de projetos legislativos, debate de tema relevante e convite a autoridades. No aspecto de contribuir com o aprimoramento dos projetos de lei em tramitação, penso que as audiências, apesar de realizadas em grande quantidade, são pouco efetivas. Elas, na verdade, consistem em atividade do parlamentar para mostrar serviço às bases. Quando numa audiência são convidadas mais de quatro especialistas, fica realmente muito complicado se fazer um debate efetivamente. Há audiências com 12 participantes, o que é improdutivo (LIMA, 2015).

Além de reiterar certas críticas e ressalvas que são recorrentes, outros entrevistados chamam atenção para o uso político do capital de expertise dos cientistas sociais pelos parlamentares, com o intuito de usufruir do capital simbólico das falas peritas expostas durante as audiências públicas. O discurso científico é acionado, portanto, como forma de capitalizar a visibilidade parlamentar, especialmente com a reprodução nas redes sociais digitais. Trata-se de uma forma de usar o capital simbólico dos *lugares neutros* e a credibilidade técnica ou *expertocracia* (PINZANI, 2013). O regime de opinião caracterizado pela racionalidade e discussão ancorada na *doxa intelectual* ou conhecimento perito é utilizada pelos parlamentares para constituir *discursos fortes*, conforme explicado anteriormente. Em suma, as *lógicas adversárias* (KANT DE LIMA, 2010) que ressaltam a *autoridade do argumento* são usadas de forma instrumental pelos parlamentares para reforçar o *argumento de autoridade* dos agentes legislativos. Um dos depoimentos resume bem essa perspectiva:

O conhecimento dos especialistas é pouco aproveitado nos debates legislativos. Em primeiro lugar pelo atraso que é comum nesses eventos. Todo mundo fica horas esperando os deputados. Quando eles chegam é só para anunciar que estão com mil compromissos e que terão que abreviar o debate. É só para usar o microfone e garantir a transmissão pela TV Câmara e pela internet para depois reproduzir nas redes sociais. A impressão que passa é que eles não estão interessados em debate. Só querem cumprir as formalidades e os rituais. Tem que fazer audiência pública,

então seja feita. Tem que convidar especialistas no tema, que assim seja, mas eles não estão nem aí para discussão acadêmica. O que querem é usar o prestígio dos pesquisadores (SILVA, 2015).

Além das questões relacionadas à dinâmica dessas atividades, com um olhar sobre o próprio cotidiano acerca desse modo operatório da *política em ação* ou do *Estado em ação* como denominam Gobert e Muller (1987) e Höfling (2001)<sup>4</sup>, há alguns depoimentos que chamam atenção para a paisagem estrutural mais ampla na qual esse cotidiano se desenvolve:

Os potenciais e limitações ocorrem em função de questões estruturais, como o mau condicionamento ou desinformação dos debatedores, o déficit de instrumentos para alargar o alcance do debate e concentração de poderes de agenda em órgãos de cúpula do Legislativo (FERNANDES, 2015).

As limitações da Casa como foro de debates estão em sua própria natureza e composição. O *mainstream* dos debates seguirá sempre a característica político-ideológica dominante na legislatura em vigor. Não há como fugir dessa imposição, tendo em vista que essas correntes tendem a dominar a designação dos especialistas convidados (BROD, 2015).

Considerando esse cenário institucional mais abrangente, há relatos que colocam em relevo as complexidades desses debates, ao explorar aspectos que vão além das dinâmicas cotidianas e da vontade de poder dos parlamentares, sem generalizações:

Eu acho que há dois tipos de debates na Câmara: os debates políticos e as discussões técnicas. Logicamente todos são políticos, pois estamos em uma casa política, mas há uma diferença. Os temas como direitos humanos, meio ambiente, família etc. são permeados por convicções políticas e ideológicas, enquanto os seminários realizados pelo Conselho de Altos Estudos por exemplo, são predominante técnicos. Cito alguns, como os seminários sobre petróleo, aquíferos, manguezais. O debate técnico é mais evidente e os atores da discussão são os cientistas. Eles é que são autoridades no assunto. Já no caso dos temas permeados de convicções ideológicas, interessa mais aos parlamentares que os cientistas sociais sejam convidados para reforçarem o discurso ideológico parlamentar (VOGEL, 2015).

Eu vejo que são muitos os casos e que não dá para colocar nada preto no branco. Depende de muitos fatores, como a comissão, o tema, o comando político da Casa, do partido o relator, a base eleitoral dele, o que a mídia divulga sobre o tema, depende do que os adversários políticos do parlamentar falam. Em resumo, depende de muita coisa. Acho que isso é a única regra geral. (BROD, 2015).

Audiências públicas continuam sendo ótimas oportunidades de a sociedade civil participar do processo legislativo, seja como convidada nas mesas de debates, seja como grupo organizado que acompanha os debates e se manifesta a favor ou contra o assunto. Essa participação mereceria estudos em vários aspectos, desde a organização destes grupos para virem a Brasília – muitos uniformizados, sendo as roupas mais um canal de comunicação de suas reivindicações – até a agenda deles e a abordagem aos deputados (Ferreira, 2015).

4 Os autores se referem às políticas sociais em processo de formulação, ou seja, em discussão.

Por fim, chamamos atenção para um depoimento que ressaltou a relevância desses debates para os próprios cientistas sociais, como uma experiência de deslocamento intelectual, isto é, uma experiência de participar de uma discussão em um espaço que funciona com lógicas diferenciadas em relação ao campo acadêmico. O relato destaca que o deslocamento do *lugar neutro* da academia em que as perspectivas da *doxa intelectual* como uma instância de interpretação, como salientou Bauman (2010), pode contribuir para a própria reflexão dos cientistas sociais:

Na minha experiência como participante de uma audiência pública sobre direitos indígenas, a principal beneficiada fui eu mesma, pois tive que pensar sobre o tema e situá-lo no contexto de uma discussão específica, cujo enfoque me foi posto pela própria comissão que promoveu o debate. Dessa reflexão resultou um artigo que foi publicado, o qual me fez reformular algumas categorias analíticas.<sup>5</sup> Ao discutir o problema do infanticídio indígena, por exemplo, os antropólogos costumam utilizar-se da categoria de relativismo cultural. Ao participar do debate, porém, eu percebi que esse não é um argumento válido no contexto das decisões públicas. Nesse sentido, a experiência de participar dos debates promovidos pelo Poder Legislativo torna-se mais interessante para os próprios cientistas sociais, como exercício de reflexão (SEGATO, 2015).

Esse relato, apesar de particular, remete para a ideia mais ampla de que “... nas ciências sociais de uma maneira geral, o conhecimento não se adquire apenas por métodos científicos, mas também pelo conhecimento sensível oriundo da nossa experiência no mundo social” (TANGUY, 2012, p.44).

O Quadro 5 apresenta um resumo das ressalvas e críticas apresentadas pelos cientistas sociais entrevistados, com destaque para a superficialidade das discussões, desinformação e desinteresse dos deputados e limitações impostas pelos procedimentos adotados na condução das audiências públicas.

Quadro 5 - Síntese da perspectiva dos cientistas sociais - Aspectos controversos dos debates

	<b>Itens destacados</b>
<b>1</b>	Debates ornamentais
<b>2</b>	Discussões sem efetividade
<b>3</b>	Desinformação dos debatedores e dos parlamentares
<b>4</b>	Déficit de instrumentos para ampliar o alcance dos debates
<b>5</b>	Excesso de expositores nas audiências públicas
<b>6</b>	Falta de aprofundamento das discussões
<b>7</b>	Falta de engajamento dos parlamentares nas discussões
<b>8</b>	Limitações inerentes às dinâmicas legislativas

Fonte: Elaboração do autor.

5 Trata-se do artigo “Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores”. Disponível em: <http://revistadireito.unb.br/index.php/revistadireito/article/view/19> Consultado em 20/11/15.

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo examinar as controvérsias relativas à participação de cientistas sociais nos debates políticos promovidos pela Câmara dos Deputados. A análise mostra que os modos de perspectivar as contribuições dos cientistas sociais são variados e controversos, os quais podem ser agrupados inicialmente em duas abordagens: os efeitos positivos e as limitações, com a ressalva de que a ênfase foi nos aspectos positivos, conforme foi possível observar no decorrer da análise. Em suma, apesar de críticos, os entrevistados acreditam no debate, na força racional da argumentação lógica e, por extensão, no próprio capital de expertise das ciências sociais. Cabe ressaltar que não se trata, contudo, de uma visão cega ou acrítica, conforme foi demonstrado durante a análise.

Um breve balanço dos pontos positivos apontados pelos entrevistados mostra que há uma prevalência na percepção do valor do próprio debate como método político de construção de perspectivas, mediante a valorização das lógicas contraditórias (Kant de Lima, 2010) e do papel do cientista social como *intelectual intérprete* (Bauman, 2010). Esse papel social dos especialistas em temas relacionados ao amplo campo dos debates legislativos é valorizado na percepção dos entrevistados, por se tratar ainda de uma forma de ampliar o pluralismo de perspectivas e *doxas* nos debates políticos protagonizados pelo Poder Legislativo, uma vez que tanto a academia como as instituições legislativas são espaços típicos do regime de opinião pautado no pluralismo (Habermas, 1994).

No plano das ressalvas, há algumas controvérsias que foram enfatizadas, as quais contemplam dois níveis. O primeiro e o que aparece com mais relevo diz respeito às dinâmicas concretas do campo experiencial em que os debates são realizados, com ênfase para as audiências públicas. Nesse quesito os entrevistados criticam: (a) a postura dos parlamentares, com pouco interesse e baixo engajamento nas discussões; (b) a forma como os debates são conduzidos, com o controle total dos parlamentares, quanto ao tempo de fala dos convidados; (c) a rotatividade dos deputados nos debates, só para garantir o registro de sua presença e a consequente visibilidade nas mídias institucionais e nas redes sociais digitais; (d) o excesso de convidados para alguns debates, com prejuízo da profundidade e consistência das discussões; (e) a desinformação de alguns parlamentares sobre os temas em pauta; (f) a realização de debates “só para constar”.

O segundo plano das ressalvas e críticas diz respeito à esfera conjuntural mais ampla, as quais exercem interferências nas dinâmicas, nos processos e resultados dos debates. Entre esses fatores, os entrevistados ressaltaram as especificidades temáticas e as particularidades de cada comissão, os fatores institucionais que podem causar descontinuidades ou interrupção dos debates.

Além disso, cabem ainda algumas reflexões mais amplas sobre o papel das ciências sociais nesse cenário discursivo dos debates legislativos. Certamente trata-se de um campo de pesquisas ainda a ser explorado de forma mais detalhada. Mesmo aqui no caso em tela, após a conclusão do levantamento, percebemos a necessidade de aprofundamento de como esses debates ocorrem, quais os temas são mais passíveis de controvérsias, como essas controvérsias são tratadas. Além disso, como desdobramentos do trabalho, temos como propósito examinar como se dá a participação de especialistas por área específica de conhecimento, a fim de observar eventuais convergências ou modos operatórios específicos e diferenciados em cada área: antropologia, ciência política e sociologia.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. 2010 [1987]. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BARRETO, A. B. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 30/09/15
- BOUDIEU, P. 1998. *Contafogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. 2008. *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis.
- BOURDIEU, P. 1998. L'essence du néolibéralisme. *Le Monde Diplomatique*, Março, 1998. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609> Consultado em 28/06/14.
- BOURDIEU, P. 2011. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho, p. 193-216.
- BRAGA, R. J. 2015. Entrevista ao autor. Brasília, 22/09/15.
- BROD, J. L. 2015. Entrevista ao autor. Brasília, 23/09/15.
- CHAUÍ, M. 2006. Intelectual engajado: uma figura em extinção. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 19-43.
- CHIARAMONTE, C. R. 2012. Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro. *Primeiros Estudos*, v.3, p.84-103.
- COUTO, C. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 17/09/15.
- FELTRAN, G. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 02/10/15
- FERREIRA, C. A. 2015. Entrevista ao autor, por e-mail, 28/09/15.
- GIDDENS, A. 2009. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp.
- HABERMAS, J. (1994). *Historia y crítica de la opinión pública*. Barcelona: G. Gili.
- HÖFLING, E. de M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41.
- KANT DE LIMA, R. (1999). Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, n.13, p. 23-38.
- LASH, S. (2012). A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: EdUnesp, p.167-257.
- \_\_\_\_\_. (1999). Crítica da Informação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 54, junho, p.13-30.
- LAVALLE, A. G. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 19/10/15
- LIMA, R. (2015). Entrevista ao autor. Brasília, 29/09/15.
- LIMONGI, F. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 05/10/15.
- MOISÉS, J. A. (2015). Entrevista ao autor, por e-mail, 29/09/15.
- PINTO, L. (2009). *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Paris: Editora du Croquant, 2009.
- PINZANI, A. (2013). Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Lua Nova*, 89, 135-168, 2013.
- SEGATO, R. (2015). Entrevista ao autor. Brasília, 11/09/15.
- SPECK, B. (2015). Escolhendo caminhos sem saber onde chegar. *Valor Econômico Online*, 27/04/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4022058/escolhendo-caminhos-sem-saber-onde-chegar> Consultado em 05/05/15.
- SILVA, E. F. (2015) Entrevista ao autor. Brasília, 27/10/15.
- VOGEL, L. H. (2015) Entrevista ao autor. Brasília, 26/09/15.
- TANGUY, L. (2012) A sociologia: ciência e ofício. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 33-46.